

PROJETO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA



Mapa das regiões turísticas do Brasil 2006.

Secretaria Nacional de Políticas de Turismo - SNPTur
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico- DEAOT
Coordenação Geral de Regionalização - CGRG

Projeto Inventário da Oferta Turística

Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil

Ministério do Turismo
Brasília, 2006

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Turismo
Walfrido dos Mares Guia

Secretário-Executivo
Márcio Favilla Lucca de Paula

Secretário Nacional de Políticas do Turismo
Airton Pereira

Diretora de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Tânia Brizolla

Coordenação Geral de Regionalização
Benita Maria Monteiro Mueller Rocktaeschel

Coordenadora-Geral de Informação
Isabel Cristina da Silva Barnasque

Coordenadora-Geral de Segmentação
Mara Flora Lottici Krahl

Coordenadora-Geral de Qualificação dos Serviços Turísticos
Doroti Collares

1.	INTRODUÇÃO	07
2.	BREVE HISTÓRICO	09
3.	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	11
4.	JUSTIFICATIVA.....	13
5.	METAS	15
6.	PARTICIPANTES E COMPETÊNCIAS	17
7.	ESTRATÉGIAS.....	23
8.	SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS.....	27
9.	PROJETO RONDON.....	33
10.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

1. INTRODUÇÃO

O Plano Nacional do Turismo, concebido com ampla participação da sociedade pelo Ministério do Turismo para o exercício 2003-2007, propõe a atividade turística como setor estratégico capaz de gerar postos de trabalho, contribuir para a valorização e proteção do patrimônio nacional, dinamizar outras economias, melhorar a vida das comunidades visitadas, e gerar divisas.

Para alcançar as metas definidas no Plano Nacional do Turismo, foram estabelecidos sete macroprogramas, constituídos por um conjunto de programas. Inserido no Macroprograma 4, Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, está o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que propõe “transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar os processos de desenvolvimentos local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada.” (Diretrizes Políticas, p. 11)

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil encontra-se orientado por nove módulos operacionais.

O Módulo 6, Sistema de Informações Turísticas do Programa, prevê a gestão de informações criadas e coletadas no âmbito do Programa, além de dados gerados a partir da inventariação da oferta turística. A proposta é reunir todas as informações em um único banco de dados e difundi-las por meio de uma estratégia de comunicação.

O passo inicial para alcançar tal pretensão é inventariar a oferta turística, cujo processo se dá a partir do município, devido ao fato de que é no Município que o País e a Nação começam a existir. É no município, e sob a sua jurisdição, que se encontram o patrimônio natural e o cultural, com destaque para a nossa maior riqueza - a nossa gente, seus saberes e fazeres¹.

Neste trabalho, se considera oferta turística o conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda infra-estrutura de apoio ao turismo de um determinado destino turístico utilizado em atividades designadas turísticas.²

Entre os preceitos básicos para que o turismo possa cumprir função de indutor de desenvolvimento, tendo como premissas a ética e a sustentabilidade, destacam-se o planejamento e a gestão participativa, como forma de administrar suas vantagens e limitações. Para tanto, são necessárias informações confiáveis que embasem e assegurem o processo decisório.³

Dessa maneira, o MTur propõe, como instrumento base de planejamento e gestão da atividade turística, inventariar a oferta turística brasileira e criar um sistema de informações turísticas.

A inventariação da Oferta Turística compreende levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, dos serviços e equipamentos turísticos e da infra-estrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.

¹ BRASIL. Ministério do Turismo. Estratégia de Gestão do Inventário da Oferta Turística, 2004, p. 9

² Idem, p. 19

³ Idem, p. 9

Inventariar significa registrar, relacionar, contar e conhecer aquilo de que se dispõe e, a partir disso, gerar informações para pensar de que maneira se pode atingir determinada meta.⁴

Este instrumento identifica e quantifica os atrativos, equipamentos e serviços, além de subsidiar, a partir dos dados gerados, a análise e qualificação desses atrativos, equipamentos e serviços, possibilitando a definição de prioridades para os recursos disponíveis e o incentivo ao turismo sustentável.

O Sistema de Informações Turísticas, a ser construído a partir dos dados gerados pelo inventário, deverá permitir ao poder público, em suas diferentes esferas de governo, e à sociedade civil o acesso a informações sistematizadas e hierarquizadas sobre os atrativos, equipamentos e serviços turísticos, além da infra-estrutura de apoio dos municípios.

O Ministério do Turismo, por meio do presente documento, apresenta o Projeto Inventário da Oferta Turística com os objetivos de facilitar a compreensão e de nortear o processo da inventariação da oferta turística no País. A principal estratégia de operacionalização do Projeto é a parceria entre comunidade, sociedade civil organizada, prefeituras municipais, governos estaduais, profissionais do turismo e áreas afins, instituições de ensino e o Ministério do Turismo.

⁴ Idem, p. 11

2. BREVE HISTÓRICO

No Brasil, o processo de inventariação turística foi iniciado na década de 1960, quando, oficialmente, o espaço territorial do País recebeu seu primeiro mapeamento turístico, tendo como base experiências internacionais.⁵

Em 1979, o Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur trabalha a Identificação do Espaço Turístico Nacional, iniciando, no ano seguinte, estudos para elaborar metodologia do processo de inventariação turística.

Tais estudos dão origem a três documentos intitulados “Inventário da Oferta Turística”, edições 1980, 1984 e 1993, os quais proporcionam a realização do inventário turístico municipal em alguns locais do País.⁶

A chegada do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, em meados da década de 1990, traz novas propostas de metodologia para a inventariação.

Em 2001, a Embratur lança material promocional com a finalidade de sensibilizar a população sobre a importância do processo de inventariação.

A Embratur oferece, ainda, cursos para a capacitação de coordenadores nacionais e estaduais com o objetivo de implementar o processo de inventariação no País.

Com a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, detecta-se a necessidade de readequar as estratégias de inventariação da oferta turística vigentes até então ao novo modelo de desenvolvimento proposto para o turismo no País.

Não havia, naquele momento, uma estratégia definida para a divulgação dos resultados obtidos com a inventariação. Não existia uma forma padronizada para a apresentação das informações coletadas nos diferentes processos de inventariação realizados no País ou mesmo um instrumento de pesquisa eficiente para a coleta de dados.

Assim, verificou-se a necessidade de se instituir um grupo técnico, composto por membros da Academia de diversas regiões do País, com o objetivo de propor um modelo de inventariação nacional que atendesse às necessidades de planejamento.

Este grupo trabalhou na readequação do instrumento de pesquisa ofertado pela Embratur e na conceituação das terminologias praticadas.

Tendo sido verificada a necessidade de testar o instrumento de pesquisa, bem como as estratégias propostas para o processo de inventariação, deu-se início ao Projeto-Piloto Inventário da Oferta Turística – Rio Grande do Sul, o qual se encontra em andamento naquele Estado.

⁵ Apud Inventariação Turística: Projeto-Piloto - Rio Grande do Sul, p. 5.

⁶ Metodologia do Inventário da Oferta Turística. Embratur, 1983 Apud Inventário da Oferta Turística – Metodologia, p. 11 e 26

Como descreve o documento “Inventariação Turística: Projeto-Piloto - Rio Grande do Sul”:

Em que pesem tantas e tão diversas tentativas, o Brasil ainda não conhece a real dimensão do seu espaço turístico nacional, a grandeza do seu patrimônio natural e do seu patrimônio histórico-cultural.

O que se espera é que o Projeto Inventário da Oferta Turística seja capaz de proporcionar ao Brasil a chance de conhecer sua oferta turística.

3. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Levantar, identificar e registrar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as instâncias de governança e a infra-estrutura de apoio ao turismo existente no País, como instrumento-base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.

Como objetivos específicos podem ser citados:

- Formatar e implementar uma metodologia única para a inventariação da oferta turística no País, capaz de ser compreendida por todos os setores e agentes envolvidos no processo;
- Apoiar, de forma descentralizada, a gestão, distribuição e atualização periódica das informações turísticas, fornecendo às Unidades da Federação e aos municípios instrumentos para a coleta e sistematização das informações;
- Disponibilizar, aos visitantes, planejadores e gestores, dados confiáveis a respeito da oferta turística brasileira por meio de um Sistema de Informações Turísticas;
- Permitir a análise do significado econômico do turismo e seu efeito multiplicador no desenvolvimento municipal;
- Criar uma rede de recursos humanos, capaz de gerir nas UFs e municípios o processo de inventariação da oferta turística;
- Formatar e disponibilizar um instrumento padrão de pesquisa da oferta turística;
- Permitir o diagnóstico de falhas, pontos críticos e de estrangulamento, desajustes entre a oferta e a demanda existentes;
- Possibilitar a hierarquização e priorização dos atrativos e conjuntos existentes;
- Servir de equipamento de consulta para empresários com interesses na atividade turística das regiões turísticas;
- Funcionar como equipamento de pesquisa para estudantes e pesquisadores da área;
- Coletar informações que subsidiem a elaboração de roteiros turísticos;
- Permitir a identificação e a classificação de municípios turísticos e com potencial turístico.

4. JUSTIFICATIVA

O Ministério do Turismo tem trabalhado para levar o turismo a cumprir sua missão maior, a de proporcionar melhores condições de vida para os cidadãos brasileiros. Contudo, pouco pode ser feito sem se conhecer a realidade das regiões turísticas do país.

Para desenvolver as potencialidades turísticas de uma região, é imprescindível que haja planejamento. Planejar exige informações confiáveis e de qualidade, informações-base para análises e decisões acertadas.

Não é fácil saber por onde começar determinada ação ou que caminho trilhar para estabelecer um conjunto de melhores práticas e processos sem reunir dados confiáveis a respeito daquilo que se está trabalhando. A gestão moderna exige que a tomada de decisão seja feita com o máximo de informações possível.

Assim, o levantamento de informações turísticas e não turísticas, dentro dos processos de planejamento e gestão é fundamental para a elaboração de um pensamento estratégico sobre aquilo que se pretende em relação ao destino trabalhado.

Por tudo isso, o Ministério do Turismo propõe a realização da inventariação da oferta turística como forma de fundamentar o planejamento e a gestão do turismo brasileiro.

Por esse procedimento será possível conhecer as características e a dimensão da oferta, o que precisa ser melhorado ou aperfeiçoado, enfim, quais iniciativas devem ser tomadas de maneira a permitir aos municípios e às regiões o desenvolvimento do turismo com vistas à sustentabilidade.

De um modo geral, a oferta turística engloba tudo aquilo que o local de destino tem para oferecer aos seus turistas atuais e potenciais, sendo representada por uma gama de atrações, bens e serviços que determinarão a preferência do visitante.⁷

De posse desses resultados poder-se-á planejar, investir e definir as políticas para o turismo com mais segurança e eficácia.

O processo de inventariação possibilita o levantamento dos mais diversos elementos da oferta turística, tais como:

- Os atrativos existentes na região (naturais, culturais, atividades econômicas, realizações técnico-científicas e artísticas, eventos programados);
- Os serviços e equipamentos turísticos (de hospedagem, de alimentação, de agenciamento, de transporte, de lazer e entretenimento, para eventos, etc.);
- A infra-estrutura de apoio ao turismo;

⁷ Livro Branco do Turismo, 1991 apud www.dgturismo.pt

- Os Órgãos Oficiais de Turismo dos Estados, Municípios e as Instâncias de Governança Regionais do Programa de Regionalização do Turismo, assim como os Colegiados que apóiam a coordenação do programa.

A inexistência de um sistema único, padronizado em todo o País, que congregue informações sobre a oferta turística brasileira é uma das maiores dificuldades encontradas hoje para se planejar de forma eficaz.

O que se pretende é que a inventariação possibilite a composição desse sistema, de modo a organizar um conjunto de informações relacionadas à cadeia produtiva do turismo.

Os dados levantados deverão ser armazenados e atualizados periodicamente, ficando à disposição das instâncias governamentais e do setor privado para planejamento de políticas de atuação, ações de qualificação e decisões sobre investimentos necessários ao desenvolvimento da atividade turística em determinada região e/ou município.

Sem falar que, por meio das informações colhidas, os visitantes terão mais um instrumento para auxiliar na escolha dos destinos e produtos turísticos, já que essas informações serão organizadas e disponibilizadas na página do Ministério do Turismo na Internet .

Por todas essas razões se diz que o levantamento de dados pelo processo de inventariação da oferta turística é essencial na promoção do desenvolvimento turístico, tanto da região, como do Estado e do País.

Em suma, a implementação do Projeto Inventário da Oferta Turística, delimitada pela participação e pela integração interinstitucional, intersetorial e, principalmente, da comunidade, é importante para:

- Obter informações detalhadas acerca da oferta turística existente em âmbito nacional, facilitando o acesso às mesmas;
- Subsidiar o planejamento e a gestão do turismo brasileiro;
- Auxiliar na integração entre os setores público e privado;
- Padronizar um instrumento para a pesquisa, a forma de coleta dos dados e de gestão do processo de inventariação;
- Definição dos municípios turísticos brasileiros.

5. METAS

- Elaborar e disponibilizar um sistema de informações para inserção e consulta dos dados coletados até 2007;
- Realizar o inventário de 500 municípios até 2007;
- Habilitar e envolver 3000 estudantes pesquisadores no projeto até 2007;
- Habilitar e envolver 300 professores no projeto até 2007;
- Envolver 100 Instituições de Ensino Superior no projeto até 2007.

6. PARTICIPANTES E COMPETÊNCIAS

Consideram-se como princípios do Projeto Inventário da Oferta Turística a motivação, a participação e o envolvimento.

Não se pode tratar o Inventário como algo estático, como a simples ação de preencher formulários. É preciso perceber a realidade do lugar e interpretá-la. O momento de preparação e realização do Inventário deve ser de harmonia, unindo, no que diz respeito ao pesquisador, conhecimento técnico e sentimento, em uma convergência de interesses - artesãos e proprietários de hotéis, pousadas e restaurantes, guias e agentes de turismo, prefeitos e vereadores, líderes comunitários e dirigentes de associações, a doceira e o comerciante, professores e alunos, a florista e o engraxate, os servidores públicos municipais e estaduais, todos são igualmente importantes.⁸

O Ministério do Turismo deseja a mais ampla participação na execução do inventário, refletindo a concepção coletiva do Plano Nacional de Turismo. Para direcionar as ações a serem realizadas no âmbito do Projeto Inventário da Oferta Turística foi elaborado o presente documento.

Este documento não tem a intenção de abordar aspectos técnicos da realização do inventário, mas a de fornecer um panorama geral acerca do Projeto. A abordagem técnica deverá ser contemplada por materiais didáticos publicados posteriormente.

A descentralização do processo decisório é condição básica na implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil assim como é no Projeto Inventário da Oferta Turística. O processo de descentralização está representado por

ações de estímulo à ampliação das possibilidades de organização da sociedade; criação e fortalecimento de espaços de participação; desconcentração das responsabilidades na gestão do desenvolvimento do turismo; de conquista e exercício da autonomia, assim como do poder decisório entre as instâncias municipais, regionais, estaduais e federais.⁹

De acordo com as Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo¹⁰, duas abordagens de descentralização orientam o modelo de gestão deste Programa: a descentralização, na qual as competências e responsabilidades são orientadas e repassadas da União para a UF, da UF para a região turística e da região turística para o município; e a descentralização na qual a UF proporciona a efetiva participação da sociedade, que, por meio de colegiados participativos, assume um papel de natureza pública, atuando no planejamento e na execução das ações de desenvolvimento da atividade.

⁸ BRASIL. Ministério do Turismo. Estratégia de Gestão do Inventário da Oferta Turística, 2004, p. 12

⁹ Diretrizes Operacionais, 2004, p. 16

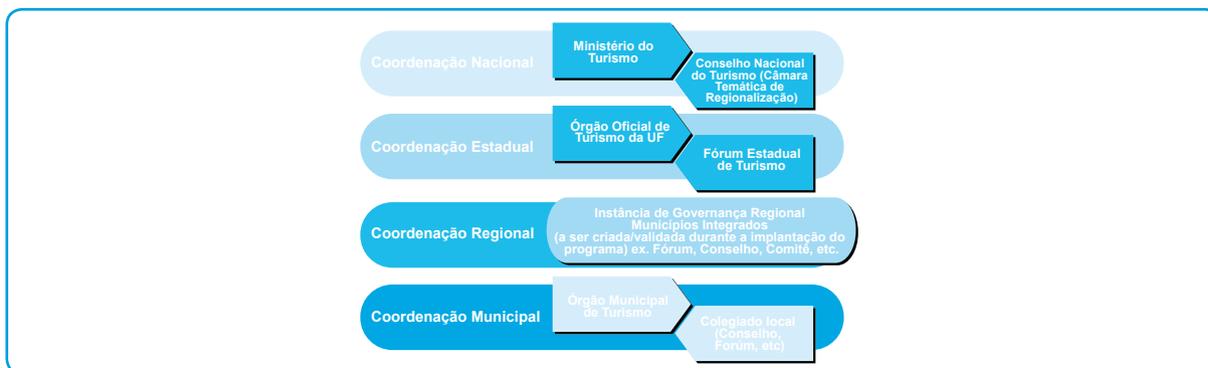
¹⁰ Idem

É importante preservar a autonomia das UFs, regiões e municípios como responsáveis pela decisão das estratégias mais adequadas para a inventariação da oferta turística, considerado o papel fundamental das instituições de ensino superior no processo.

Dentro disso, definir as competências de cada um no processo torna-se fundamental a fim de garantir e otimizar a participação de todos, outro elemento-chave na implementação do Projeto Inventário da Oferta Turística.

Em âmbito nacional, o Projeto Inventário da Oferta Turística será coordenado pelo Ministério do Turismo (Coordenação Geral de Regionalização), com o apoio do Conselho Nacional de Turismo (Câmara Temática de Regionalização). Os Órgãos Oficiais de Turismo das UFs, com o apoio dos Fóruns Estaduais de Turismo, são os responsáveis pela coordenação do projeto em âmbito estadual, assim como, em níveis regionais e municipais, a coordenação cabe às Instâncias de Governança Regionais, quando existirem, e aos Órgãos Municipais de Turismo, apoiados pelos Conselhos Locais de Turismo. Todos esses órgãos terão o amparo das Instituições de Ensino Superior.

Como se percebe pela figura abaixo, retirada das Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, trata-se da mesma estrutura de coordenação deste Programa, destacando-se, apenas a inserção das Instituições de Ensino Superior no presente projeto.



Fonte: Diretrizes Operacionais, 2004: 18.

Em seguida são descritos os participantes do Projeto Inventário da Oferta Turística com suas respectivas competências.

MINISTÉRIO DO TURISMO:

- Implementar e coordenar o projeto em âmbito nacional;
- Identificar UFs interessadas em participar do Projeto;
- Desenvolver estratégias de ação para o Projeto;
- Elaborar e disponibilizar instrumento de pesquisa padrão, documentos técnicos e didático-pedagógicos, métodos de planejamento, capacitação, realização, monitoramento e avaliação para apoiar as ações do Projeto Inventário da Oferta Turística;

- Disponibilizar recursos humanos para a coordenação e gestão das informações turísticas e para o acompanhamento das ações em âmbito nacional;
- Repassar metodologia do inventário aos representantes das UFs e das IES para a gestão estadual do Projeto Inventário da Oferta Turística;
- Divulgar o Projeto, bem como seus resultados;
- Elaborar Sistema de Informações Turísticas e divulgar dados levantados pelo Projeto Inventário da Oferta Turística por meio dele;
- Analisar e legitimar as informações coletadas em âmbito nacional;
- Avaliar convênios propostos pelos Órgãos Oficiais de Turismo das UFs;
- Fornecer material a ser utilizado na coleta de dados;
- Envidar esforços no sentido de auxiliar no custeio do processo de inventariação.

MINISTÉRIO DA DEFESA:

- Em parceria com o Ministério do Turismo, possibilitar a realização da inventariação pelo Projeto Rondon.

ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO DAS UFs:

- Implementar e coordenar, em conjunto com as IES, o projeto em âmbito estadual ou distrital;
- Disponibilizar recursos humanos para a coordenação e gestão das informações turísticas, para o acompanhamento das ações e para realizar a interlocução com as IES em âmbito estadual;
- Identificar Instituições de Ensino Superior - IES interessadas em participar do Projeto e municípios que serão pesquisados;
- Repassar metodologia do inventário às Instâncias de Governança Regionais para a gestão regional do Projeto Inventário da Oferta Turística;
- Analisar e legitimar as informações coletadas em âmbito estadual e/ou distrital;
- Fornecer material a ser utilizado nas oficinas de repasse metodológico;
- Repassar metodologia do inventário às IES participantes do projeto;
- Buscar parcerias no intuito de operacionalizar a inventariação;
- Fornecer material a ser utilizado na coleta de dados;
- Propor convênio com o Ministério do Turismo, caso seja necessário;
- Identificar municípios interessados em participar do Projeto;
- Desenvolver estratégias de ação para o Projeto;
- Alimentar Sistema de Informações Turísticas disponibilizado pelo MTur a fim de divulgar dados levantados pelo Projeto Inventário da Oferta Turística;
- Envidar esforços no sentido de auxiliar no custeio do processo de inventariação.

COORDENADOR ESTADUAL DO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA

- Monitorar áreas a serem inventariadas dentro dos limites da UF, cuidando para que não haja duplicidade de ações;
- Coordenar o processo no Estado;
- Coordenar a habilitação dos coordenadores regionais;
- Analisar e legitimar as informações geradas nas Regiões Turísticas e que farão parte do Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização;
- Encontrar formas de viabilizar o projeto no Estado.

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA REGIONAL:

- Implementar e coordenar o projeto em âmbito regional;
- Articular a integração dos municípios que compõem uma região turística para, em conjunto, realizarem a inventariação, objetivando minimizar custos e facilitar a implementação do projeto;
- Disponibilizar recursos humanos para a coordenação e gestão das informações turísticas, para o acompanhamento das ações e para realizar a interlocução com as IES em âmbito regional;
- Repassar metodologia do inventário aos Órgãos Oficiais de Turismo Municipais/Prefeituras para a gestão municipal do Projeto Inventário da Oferta Turística;
- Analisar e validar as informações coletadas no âmbito da região;
- Buscar parcerias no intuito de operacionalizar a inventariação;
- Analisar e legitimar as informações coletadas em âmbito regional;
- Em conjunto com o órgão oficial de turismo municipal/prefeitura municipal, envia esforços no sentido de disponibilizar transporte, alimentação, material de escritório, cópias xerográficas e eventuais hospedagens aos estudantes pesquisadores e professores orientadores do Projeto.

COORDENADOR REGIONAL DO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA:

- Encontrar formas de viabilizar o projeto na região;
- Analisar e legitimar as informações geradas nos municípios antes de repassá-las as UFs;
- Coordenar a habilitação dos coordenadores municipais de sua região;
- Gerir, avaliar e controlar as atividades do projeto na região.

ÓRGÃO OFICIAL DE TURISMO MUNICIPAL/ PREFEITURA MUNICIPAL:

- Implementar e coordenar o projeto em âmbito municipal;
- Fornecer apoio logístico e estrutura administrativa aos professores orientadores e aos pesquisadores do inventário;
- Disponibilizar recursos humanos para a coordenação, gestão das informações turísticas, para o acompanhamento das ações e para realizar a interlocução com as IES em âmbito municipal;
- Analisar e legitimar as informações coletadas em âmbito municipal;
- Em conjunto com a Instância de Governança Regional, envia esforços no sentido de disponibilizar transporte, alimentação, material de escritório, cópias xerográficas e eventuais hospedagens aos estudantes pesquisadores e professores orientadores do Projeto;
- Buscar parcerias no intuito de operacionalizar a inventariação.

COORDENADOR MUNICIPAL DO INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA:

- Encontrar formas de viabilizar o projeto no município;
- Analisar e legitimar as informações geradas nos municípios antes de repassá-las à Instância de Governança Regional ou à UF;
- Gerir, avaliar e controlar as atividades do projeto no município.

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:

- Participar, por meio de representantes, das reuniões e da habilitação realizadas nas UFs;
- Participar da implementação, em conjunto com Órgãos Oficiais de Turismo das UFs, do projeto em âmbito estadual ou distrital;
- Repassar metodologia de inventariação aos professores orientadores;
- Selecionar e capacitar estudantes pesquisadores para a realização das pesquisas de campo e de gabinete;
- Disponibilizar responsáveis pela interlocução com os municípios a serem inventariados e com as UFs;
- Realizar, por meio dos estudantes pesquisadores, pesquisas de campo e de gabinete;
- Tabular, por meio dos estudantes pesquisadores, os dados coletados para inserção no sistema;
- Orientar os estudantes, por meio dos professores orientadores, na realização das pesquisas e na tabulação dos dados;

- Analisar e legitimar as informações coletadas pelos estudantes de sua IES;
- Disponibilizar professores e equipamentos necessários para a efetivação da inventariação.

PROFESSORES ORIENTADORES

- Participar de reunião para habilitação realizada na UF;
- Habilitar estudantes para participarem do projeto;
- Orientar e acompanhar os estudantes pesquisadores nas pesquisas de campo e de gabinete;
- Monitorar, analisar, legitimar e se responsabilizar pelas informações coletadas e inseridas no sistema por seus orientandos.

ESTUDANTES PESQUISADORES

- Realizar, seguindo orientação dos professores, pesquisas de campo e gabinete;
- Preencher os formulários de pesquisa;
- Inserir os dados coletados no Sistema, seguindo sempre a orientação dos professores;
- Responsabilizar-se pelos dados que inseriu no Sistema.

7. ESTRATÉGIAS

As estratégias adotadas pelo Ministério do Turismo para a realização do Projeto Inventário da Oferta Turística passam pela formação de uma rede de recursos humanos.

Técnicos do quadro permanente de funcionários dos Órgãos Oficiais de Turismo das UFs, das Instâncias de Governança Regionais, das Administrações Municipais e das IES participantes do projeto deverão ser habilitados para a direção do mesmo em âmbitos estadual ou distrital, regional e municipal.

Estas pessoas serão responsáveis por gerir as informações do inventário, dotando as administrações públicas de instrumento básico para o planejamento do turismo, orientado para o ordenamento territorial.

Por isso, é fundamental que os coordenadores estaduais, regionais e municipais do Projeto Inventário da Oferta Turística sejam pessoas profissionalmente capacitadas para a coordenação do inventário, o gerenciamento de equipes e de informações.

Além dos coordenadores municipais, regionais e estaduais capacitados para a gestão do projeto, professores orientadores e estudantes pesquisadores serão habilitados para a condução e realização das pesquisas, respectivamente.

Neste sentido, a parceria com as Instituições de Ensino Superior – IES é de fundamental importância para a realização das pesquisas.

O MTur entende que a inclusão das IES de Turismo e Hotelaria, assim como de outros cursos afins, no processo de inventariação turística do País proporciona qualidade na informação coletada, além de colaborar para a qualificação dos futuros profissionais, especialmente, dos bacharéis em turismo e hotelaria.

Dois professores de cada IES participante do projeto - de preferência o coordenador do curso de turismo e seu substituto - deverão ser habilitados para a participação no Projeto Inventário da Oferta Turística. Eles terão a função de multiplicar o conhecimento adquirido, para outros professores e estudantes pesquisadores.

Aos professores orientadores caberá a condução dos estudantes pesquisadores, tornando-os aptos para a realização das pesquisas de campo e de gabinete, de modo a possibilitar o sucesso da pesquisa.

A seleção dos estudantes pesquisadores será feita pela própria IES na qual estudam, com base na capacidade profissional para a execução das pesquisas de cada estudante.

O tempo despendido pelo estudante pesquisador no projeto poderá contar como estágio supervisionado ou como trabalho de determinada disciplina curricular para o estudante participante.

Para estar habilitada a participar do projeto, foram definidos, em oficina participativa, alguns pré-requisitos que a IES deve apresentar:

- Curso reconhecido pelo Ministério da Educação ou com o protocolo de reconhecimento já encaminhado;
- Ter, no mínimo, uma turma do curso já formada.

O objetivo do MTur é que todos os municípios inseridos nas regiões turísticas identificadas pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil sejam inventariados.

Entretanto, uma vez que não é possível implementar o Projeto em todos os municípios de uma só vez, a implementação do Projeto Inventário da Oferta Turística dar-se-á, inicialmente, em um número menor de municípios.

Optou-se, dessa forma, por iniciar o processo de inventariação pelas 134 regiões turísticas que apresentaram produtos turísticos no Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em junho de 2005 em São Paulo.

Em seguida, deverão ser inventariados os outros municípios inseridos nas regiões turísticas contempladas pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Considerando que alguns destes municípios já realizaram inventários em seus domínios, dar-se-á prioridade para aqueles locais que ainda não tiveram nenhuma ação referente à inventariação da oferta turística.

A partir daí, procurar-se-á adaptar, migrar e atualizar os inventários já realizados ao Projeto Inventário da Oferta Turística, a fim de que as informações neles contidas sejam aproveitadas e inseridas no Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização.

Dessa maneira, os dados levantados por inventários realizados há até cinco anos não serão perdidos, mas analisados, atualizados e reaproveitados na medida do possível.

É possível ainda que, havendo disponibilidade de recursos por parte da Unidade Federativa ou do município, outros municípios não inseridos no Programa realizem o Inventário da Oferta Turística.

É fato que as capitais e os municípios de médio e grande porte do País são detentores de recursos capazes de permitir que a inventariação seja realizada sem muitas dificuldades, tanto no que concerne ao poder público como no referente à participação da iniciativa privada e do terceiro setor. Entretanto, está claro, também, que o mesmo não ocorre com a maioria dos municípios menores.

Por outro lado, os estudantes pesquisadores necessitarão de condições que permitam a coleta de informações. Além dos recursos humanos, também recursos materiais são muito importantes. Deslocamento e estada, espaço para trabalhar e pesquisar, alimentação, acesso a materiais fotográficos e bibliográficos, equipamentos de apoio como computadores, fotocópias e material de consumo são algumas das necessidades dos pesquisadores.

Neste sentido, os Órgãos Oficiais de Turismo em âmbitos estadual e municipal, juntamente com as Instâncias de Governança Regionais, deverão buscar parcerias no intuito de operacionalizar a inventariação.

É essencial a cooperação dos parceiros: cada um fornecer a sua contribuição, de acordo com as suas possibilidades, o que torna o Inventário muito mais ágil e completo. Dessa forma, o desenvolvimento da atividade turística deixa de ser uma atribuição somente do governo

ao fazer com que todos os participantes sintam-se estimulados a assumir sua parcela de responsabilidade.

É importante ressaltar que este foi o caminho mais econômico encontrado pela equipe deste Ministério a fim de não agravar as finanças públicas, sejam elas municipais, estaduais/distritais ou federais, garantindo a qualidade técnica do projeto.

Ressalte-se que caso alguma UF não possua nenhuma IES que se enquadre nos critérios estabelecidos, deverão ser buscadas IES de outros estados ou distrito que desejem realizar a inventariação. Se nenhuma IES convidada se candidatar, a UF deverá buscar o parceiro que mais se enquadra para a realização das pesquisas.

Uma vez que o Projeto Inventário da Oferta Turística possibilitará a criação do Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização, será possível, a partir das informações coletadas, proceder a classificação dos municípios - em município turístico e município de potencial turístico - de acordo com critérios e parâmetros técnicos estabelecidos.

Após a implementação do Projeto Inventário da Oferta Turística em todo o País, somente serão considerados municípios turísticos ou de potencial turístico aqueles identificados pelo Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização.

Para tanto, tomou-se como base as definições de oficina participativa, que considerou como:¹¹

- Município Turístico - “Aquele que possui atrativo turístico, infra-estrutura, produtos e serviços adequados que atendam ao fluxo existente”;
- Município com Potencial Turístico - “Aquele que possui recursos turísticos sem infra-estrutura, produtos e/ou serviços consolidados”.

¹¹ BRASIL. Ministério do Turismo. Oficina para Definição do Conceito de Municípios Turísticos. P. 4

8. SISTEMA DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS – DOPRT-RB

O uso da tecnologia da informação e da comunicação é fundamental para obter subsídios necessários para a definição e o estabelecimento de políticas capazes de concretizar as metas estabelecidas para o setor turístico. Trata-se de uma das estratégias mais eficazes para melhorar a relação custo-benefício da difusão de informações turísticas. Proporciona ao setor aumento da qualidade e competitividade de seus produtos, garantindo informações relevantes, com acesso facilitado.

As Diretrizes Políticas do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil prevêm a elaboração de um Sistema de Informações Turísticas que possibilite estruturar um ambiente virtual de documentações de todo o País, alimentado pelas instâncias federal, estadual, regional e municipal, ou seja, as informações agrupadas no Sistema de Informações do Programa constituem-se em instrumentos de base para o planejamento e a gestão da atividade turística em todos os âmbitos. Desse modo, é possível resgatar, reunir, organizar e fazer circular dados e informações, confiáveis e atualizados do turismo no País.

O Sistema de Informações do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, pressupõe a criação e integração dos subsistemas que o compõem, para a inserção dos dados existentes ou gerados em um fluxo de transferência, visando a formação de uma Rede de Relacionamentos, como aporte e acolhimento das trocas de experiências individuais e de grupos para consolidação e validação da Política Nacional de Turismo.

Entre esses, está o Sistema de Gerenciamento das Informações do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil – PRTur, o qual prevê a gestão de informações criadas e coletadas no âmbito do Programa, além de dados gerados a partir da inventariação da oferta turística. A proposta é reunir todas as informações em um único banco de dados e difundi-las por meio de uma estratégia de comunicação.

Neste sentido, as informações das regiões turísticas fornecidas pelo inventário estarão integradas às informações do PRTur, de maneira a possibilitar a visualização de um mapa turístico completo de determinada região, fornecendo uma visão geral sobre o turismo no local. Logo, tais informações servirão de base para a gestão do Programa de Regionalização.

Este sistema deverá prever a possibilidade de obtenção das informações tanto por meio de base georreferenciada, como também por meio de referência geográfica das regiões turísticas, com informações de natureza socioeconômica, técnico-científica, ambiental, de infra-estrutura, de serviços turísticos, empresarial, entre outras. Ele deverá proporcionar fácil acesso a todos os interessados e deverá mostrar versatilidade quanto à contínua alimentação, atualização e disponibilização de informações.

A visualização espacial dos dados geográficos coletados – como hidrografia, cobertura vegetal, malha viária, fauna e flora – somada à análise das informações georreferenciadas e às demais informações turísticas provenientes da inventariação, permitirão a integração, o cruzamento e a sobreposição de informações econômicas, socioculturais e ambientais. Essa interação de dados é indispensável para o planejamento dos roteiros turísticos e outros projetos específicos da região.

Por esse motivo, o sistema será desenvolvido em código aberto, a fim de que possa ser compatibilizado com as demais bases de informação do País. Neste sentido, deverão ser realizadas articulações com outros Ministérios e Instituições que possuam banco de dados com informações relevantes para o Projeto Inventário da Oferta Turística visando estabelecer interfaces com o Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização, especialmente com as instituições indicadas em seguida:

- Caixa Econômica Federal;
- Confederação Nacional de Municípios.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA);
- Ministério da Cultura;
- Ministério das Cidades;
- Ministério da Integração Nacional;
- Ministério da Justiça;
- Ministério do Meio Ambiente;
- Secretaria Nacional de Aquicultura e Pesca;
- Outros.

A alimentação e a atualização do INVTur tornará possível a retroalimentação contínua das informações do Programa, propiciando dados mensuráveis para o abastecimento do Sistema de Monitoria e Avaliação. Dessa forma, contribuirá para a melhoria da qualidade de informações e dos serviços prestados na área do turismo.

Por meio das informações disponibilizadas pelo INVTur, os empreendedores e os gestores públicos terão uma base segura para tomar suas decisões quanto aos investimentos, à construção de políticas públicas e aos rumos a serem adotados. Também os turistas poderão se guiar na escolha dos destinos e produtos turísticos.

Integrado ao banco de dados do Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização estará um conjunto de informações relacionadas à cadeia produtiva do turismo, composto a partir dos dados obtidos pelo Projeto Inventário da Oferta Turística.

Dessa forma, o sistema irá armazenar, sistematizar, tratar, atualizar e disseminar as informações coletadas pelo Projeto Inventário da Oferta Turística, permitindo a todas as instâncias da sociedade acessarem os resultados do projeto para que possam, cada qual no seu papel, melhor planejar e desenvolver o turismo brasileiro.

O Sistema deverá dispor, ainda, de mecanismos para ajuste do instrumento de pesquisa do Projeto Inventário da Oferta Turística, permitindo que a complexidade decorrente da nossa dimensão continental e diversidade cultural seja continuamente considerada e contornada.

Sua concepção priorizará as possibilidades de aplicação com abrangências local, regional, estadual, e nacional. Possibilita também a padronização (do instrumento de pesquisa, facilitando

assim a sistematização das informações); a administração integrada, descentralizada e coordenada; interface (com outros subsistemas); inclusão dos componentes da oferta turística; características das entradas de dados; formas de consulta, atualização, geração de relatórios, estatísticas e cruzamentos de informações;

Com os Municípios, as Regiões Turísticas e as Unidades da Federação, será mantido um canal permanente de comunicação para atualização e monitoramento das informações geradas.

Vale lembrar que nos locais onde já foi desenvolvida alguma ação de inventariação da oferta turística o trabalho feito será reaproveitado. Os dados levantados passarão por um processo de seleção e migração para o Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização.

Para o atendimento dos critérios de segurança e qualidade das informações, foi proposto o registro do responsável pela elaboração e atualização do inventário, cadastrando-o no sistema com uma senha e comprometendo-o com o requisito de responsabilidade técnica.

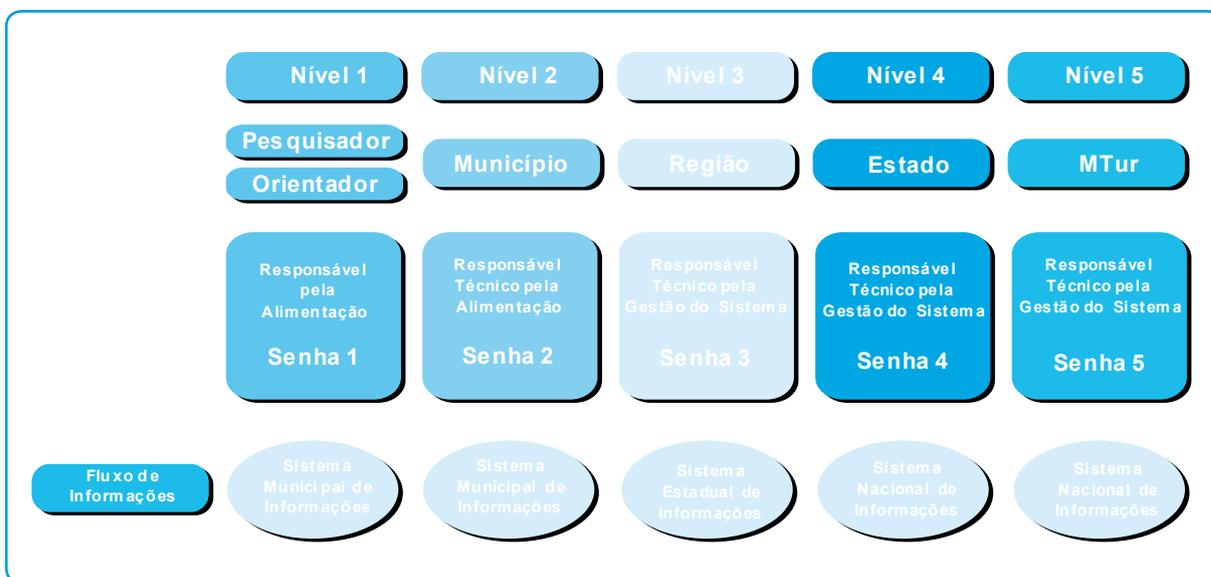
O sistema deverá ser estabelecido com níveis de segurança para sua alimentação. Logo, permitirá a operação, controle, monitoramento e gestão do processo em cinco níveis distintos:

- **Nível 1 – Pesquisador/ Orientador/ IES** : Nível de acesso ao Sistema, subdividido em outros três níveis, utilizado para inserção dos dados pelo Pesquisador, com preenchimento dos formulários em sistema com operação local.

A inserção é feita sob a orientação de um professor responsável e sob a inspeção do Coordenador da Instituição de Ensino Superior – IES que, posteriormente, habilitarão as informações que serão encaminhadas, em seguida, à instância municipal para homologação. Permite a visualização dos dados trabalhados pela IES.

- **Nível 2 – Coordenador Municipal**: Nível de acesso ao Sistema para acompanhamento da evolução dos trabalhos em âmbito municipal, consolidação/transferência e homologação das informações referentes às áreas inventariadas. Permite a visualização dos dados referentes ao município, bem como o encaminhamento, para homologação, à instância de governança regional ou ao órgão estadual de turismo, caso a primeira inexista.
- **Nível 3 – Coordenador Regional** : Nível de acesso ao Sistema para acompanhamento da evolução dos trabalhos na região turística, pela instância de governança regional, consolidação/transferência, homologação das informações sobre as áreas inventariadas e encaminhamento para o órgão estadual de turismo. Permite a visualização dos dados referentes à região turística e sobre cada um dos municípios que a compõem.
- **Nível 4 – Coordenador Estadual** : Nível de acesso ao Sistema para acompanhamento dos trabalhos em cada região/município e no estado como um todo. Após a habilitação das informações, é feito o encaminhamento ao Ministério do Turismo. Permite a visualização das informações relativas ao Estado, suas regiões turísticas e seus municípios.

- **Nível 5 – Ministério do Turismo** : Nível para acompanhamento dos trabalhos em cada uma das Unidades Federadas do Brasil e fechamento do inventário em âmbito nacional. Após a homologação por parte do Ministério, as informações do inventário são disponibilizadas para acesso geral no endereço eletrônico: <http://www.inventario.turismo.gov.br> .



Além dos níveis de acesso acima descritos, o INVTur contará com um perfil visitante, destinado a turistas e visitantes em geral. Neste perfil estarão disponíveis as informações já homologadas e filtradas pelo MTur. Isso se explica pelo fato de que não é toda informação que é de interesse de turistas, assim como nem toda informação contida no inventário pode ser amplamente divulgada. Cada um dos níveis acima serão acessados por meio de senhas de usuários, ao passo que o perfil visitante estará disponível a quem desejar.

Os Órgãos Oficiais de Turismo das UFs serão responsáveis por manter o Sistema de Informações Turísticas do Programa de Regionalização atualizado. Os responsáveis técnicos, municipais e regionais, pela primeira pesquisa do inventário terão a incumbência de verificar se as informações uma vez coletadas sofreram alterações substanciais com o passar do tempo e informar ao órgão estadual de turismo. Num intervalo de no máximo dois anos uma nova pesquisa deverá ser feita, a fim de manter o Sistema de Informações atualizado.

Em relação à utilização, o que se pretende é organizar e disponibilizar as informações na página do MTur na Internet.

Encontra-se em processo de elaboração a Rede de Regionalização do Turismo, um instrumento de troca de informações, experiências e fortalecimento das relações e parcerias entre os diversos atores envolvidos no Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil.

Esta rede terá uma sala para a comunicação e o relacionamento das partes integrantes do Projeto Inventário da Oferta Turística. Ela estará disponível no endereço www.turismo.gov.br/regionalizacao.

A fim de enriquecer a consulta e incentivar o visitante a conhecer determinado local, será possível incluir fotografias, textos ou imagens por área, subárea ou estabelecimento pesquisado.

O Sistema contará também com materiais de ajuda para instrução dos usuários. Como inserir dados, como navegar pelo sistema, como pesquisar por municípios, por regiões, por estabelecimentos, por segmentos turísticos? Todas essas questões deverão ser respondidas pelo material de instrução para utilização do Sistema.

Além de reparar possíveis falhas existentes no Sistema, os responsáveis por sua elaboração deverão fornecer capacitação para os operadores e assistência aos usuários do Sistema durante a fase de implantação, além de prestar manutenção periódica para ajustes, inclusão de funções ou melhorias propostas pelos usuários.

9. PROJETO RONDON

Surgido em 1966, o Projeto Rondon foi criado no intuito de levar a juventude universitária a conhecer a realidade do país - tendo em vista suas dimensões continental, multicultural e multirracial - e, especialmente, de proporcionar aos estudantes universitários a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

O Projeto Rondon durou até 1989, quando foi desativado. Em novembro de 2003, a partir de uma proposta, encaminhada pela União Nacional dos Estudantes ao Presidente da República, para reativar o projeto, o Projeto voltou a ser discutido.

A fim de viabilizar a proposta apresentada, criou-se, em março de 2004, um Grupo de Trabalho Interministerial, que estabeleceu as diretrizes e objetivos do Projeto e definiu a sistemática de trabalho a ser adotada na execução de sua nova fase. Em janeiro de 2005, o Projeto Rondon foi relançado em Tabatinga, município do Estado do Amazonas.

Nesta nova versão, a finalidade do Projeto é levar as IES e seus estudantes às regiões brasileiras menos favorecidas, dando-lhes a oportunidade de conhecerem outras realidades, socializarem seus saberes e, na interação com as comunidades, elaborarem propostas e criarem soluções participativas. Deste modo é possível atenuar as deficiências estruturais locais, contribuir para o bem-estar das populações locais, e, simultaneamente, consolidar a formação dos universitários como cidadãos.

Mas qual a ligação entre o Projeto Rondon e o Projeto Inventário da Oferta Turística?

São características comuns ao Projeto Rondon e ao Projeto Inventário da Oferta Turística um esforço conjunto do Governo e das Instituições de Ensino Superior, a aliança entre os estudantes universitários e as comunidades, bem como a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e ampliem o bem-estar comunitário.

Para a inventariação da oferta turística em âmbito nacional, o Projeto Rondon pode ser uma alternativa no que se refere à coleta de informações em campo.

Como inventariar aqueles municípios que, por menos oneroso que seja o processo de inventariação, não têm condições financeiras de realizar o Projeto? Ou aqueles localizados em regiões isoladas, que não têm nenhuma IES próxima? Ou ainda os que, por outro motivo qualquer, estiverem impossibilitados de serem pesquisados pelas IES existentes em seu Estado?

O Projeto Rondon é uma das alternativas encontradas pelo Ministério do Turismo para viabilizar a realização do processo de inventariação nesses municípios.

Para que a solução encontrada seja efetivada, será necessário estabelecer parceria com o referido projeto, visando a realização de uma operação para inventariar a oferta turística do País.

Para que a operação seja efetivada, será necessário contar com a participação de todos: além de IES, será preciso envolver a iniciativa privada, o terceiro setor e, principalmente, a população local.

Hoje o Projeto Rondon está sob a responsabilidade do Ministério da Defesa -MD. Já foram iniciados entendimentos no sentido de firmar Acordo de Cooperação Técnica entre o MTur e o MD.

Da forma como são realizadas as operações na atualidade, o MD fornece o deslocamento de alunos e professores, providencia hospedagem e alimentação aos mesmos, além de buscar soluções para possíveis dificuldades que surjam.

Nesse sentido, caberia ao MTur e/ou aos Órgãos Oficiais de Turismo do Estado e Municípios enviaar esforços no sentido de viabilizar as demais despesas.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, EMBRATUR. **Inventário da Oferta Turística: Metodologia**. Brasília: EMBRATUR, 2001. 36p.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Projeto Rondon**. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em 31/08/05.

BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Editais Operação Amazônia 2006**. Disponível em <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em 19/10/05.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estratégia de Gestão do Inventário da Oferta Turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. 61p.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Inventariação Turística: Projeto-Piloto - Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Turismo, 2005. 28p.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Oficina para Definição do Conceito de Municípios Turísticos**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. 9 p.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo: diretrizes operacionais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. 14p.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. **Relatório das Oficinas de Planejamento: 6 a 16 de outubro de 2003**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003. 21p.

UEMG, Universidade do Estado de Minas Gerais. **Projeto Rondon**. Disponível em <<http://www.uemg.br>>. Acesso em 31/08/05.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Projeto Rondon**. Disponível em <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em 31/08/05.

<http://www.dgturismo.pt/Artigo.aspx?ID=49&MenuID=16>. Acesso em 26/10/2005, 16h30.

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Tânia Brizolla

Coordenação Técnica

Benita Maria Monteiro Mueller Rocktaeschel

Elaboração

Cristiano Borges

Daniele Velozo

Marcos Gislon

Equipe Técnica

Aline Sá

Bruno Wendling

Cristiano Borges

Daniele Velozo

Marcelo Abreu

Marcos Gislon

Nicole Facuri

Sáskia Lima

Sônia Dias

Taiana Paludo

Vera Dias

Walber Guimarães

Wilken Souto

Estagiários

Francisca Ribeiro

Sérgio Rodrigues

Colaboração

Juliana Viégas

Nicole Facuri

Walber Guimarães

Wilken Souto

Responsáveis pelo Projeto-Piloto Rio Grande do Sul

Leandro de Lemos

Norma Martini Moesch

MINISTÉRIO DO TURISMO

Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico
Coordenação Geral de Regionalização

Esplanada dos Ministérios - Bloco U - 2º andar - sala 231
Brasília - DF - Brasil - CEP 70065-900

inventario@turismo.gov.br
www.turismo.gov.br/regionalizacao

Ministério
do Turismo

